

A Educação Financeira como um Instrumento Estratégico para dar Sustentabilidade ao Crescimento Econômico Brasileiro

The Financial Education as a Strategic Instrument to give Sustainability to the Brazilian Economic Growth

FREDERIKE MONIKA BUDINER METTE

Professora na ESPM Sul e Unifin, Doutoranda em Administração pela UNISINOS, com Doutorado Sanduíche na University of Oxford.

e-mail: frederikemette@yahoo.com.br

Resumo

Dada a expansão existente de políticas econômicas que incentivam o consumo e o crédito em todas as classes sociais no Brasil, este trabalho buscou avaliar o impacto que os programas de educação financeira desenvolvidos com a população brasileira teriam na estratégia de gestão pública como forma de garantir um alongamento no crescimento econômico apresentado. A partir de uma discussão teórica, percebe-se que ainda se tem muito que avançar para que se consiga atingir os possíveis beneficiários que tais programas teriam. Afinal, o governo deve investir em educação, propagação de informação, mídia, propagandas e cursos como instrumentos de sua gestão estratégica.

Palavras-chave: Gestão Estratégica. Política Pública Brasileira. Educação Financeira.

Abstract

Given the existing economic policies expansion that encourage consumption and credit in all social classes in Brazil, this study aimed to evaluate the impact that financial literacy programs developed within Brazilian population would have on public management strategy as a way to ensure a stretching on the presented economic growth. From a theoretical discussion, it was possible to learn that it still has a long way to move forward for one to reach the potential beneficiaries that such programs would have. After all, the government must invest in education, information spreading, media, propagandas and courses as instruments of strategic management.

Keywords: Strategic Management. Brazilian Public Policy. Financial Literacy.

1. Introdução

A crise de crédito, iniciada em 2008, nos Estados Unidos, teve e tem visíveis consequências nas economias mundiais. Além disso, desde a emergência dos primeiros sinais de uma possível ruptura do sistema financeiro americano, os comandantes políticos das principais economias ao redor do mundo já estavam alteras para prováveis impactos que seus países poderiam sofrer em decorrência dessa crise.

Neste contexto, o governo brasileiro, na época comandado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, adotou como uma postura preventiva para a saúde econômica do nosso país, que se caracteriza por uma política econômica expansionista, estímulo ao consumo da população, o que teve como consequências de curto prazo a elevação do PIB (Produto Interno Bruto) e a redução de níveis de desemprego. Entretanto, tal postura pode incitar, no longo prazo, várias consequências indesejadas, dentre elas o aumento das taxas de inflação, em decorrência de uma disparidade entre consumo e oferta, pois o volume de crédito disponível cresce à medida que o governo tem como objetivo elevar os gastos da população.

Assim, tal manobra político-econômica envolveu, na ótica de alguns economistas, certo grau de risco, pois, ao buscar uma proteção econômica de curto prazo para o Brasil, tendo em vista uma crise que afetou grande parte dos países, gerando instrumentos de aceleração para o consumo interno, criaram-se possíveis consequências que, futuramente, podem abalar um cenário econômico que aparentemente estaria estável.

Para a melhor compreensão de dinâmicas estratégicas em políticas públicas, Bignetti (2009) ressalta que a inclusão dos modelos do Comportamento Organizacional e da Política Governamental, propostos por Allison (1971), possibilita a alternativa de uma visão de *insider* e o entendimento de que as decisões estratégicas podem resultar muito menos de objetivos claros e indiscutíveis e muito mais dos compromissos assumidos entre os tomadores de decisão. “O que transparece como um curso de ação sólido pode ser a resultante das controvérsias entre os atores organizacionais ou da prevalência de um grupo de forças sobre outros” (Bignetti, 2009, p. 74).

Como assinalado por Alves *et. al.* (2011), os impactos da crise econômica de 2008 e as inovações nos produtos financeiros ao longo dos últimos anos incrementaram a relevância do tema educação financeira. A preocupação com a referida temática atinge não apenas os níveis pessoais e das instituições de ensino responsáveis pela

formação na área financeira, mas também o Governo Federal, que, em 2010, regulamentou a Estratégia Nacional de Educação Financeira, visando educar financeiramente a população.

Para Donadio, Campanario e Rangel (2012), o fato da população brasileira de baixa renda estar tendo acesso fácil a várias formas de crédito, inclusive aos cartões, a falta de alfabetização financeira torna-se cada vez mais preocupante, uma vez que o cartão de crédito, por si só, tende a induzir o consumidor a maiores gastos, dado que muitos o veem como algo mais abstrato do que o dinheiro, dificultando o entendimento das consequências que o uso do cartão pode ter na deterioração das finanças pessoais e no grau de endividamento.

No Brasil, o tema educação financeira tem sido alvo de atenção tanto pelo setor governamental quanto empresarial. Destacam-se, por exemplo, os seguintes programas: ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira), Educação Financeira nas Escolas (um programa do ENEF coordenado pela CVM), www.vidaedineiro.gov.br e o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil. Também nessa linha pode ser citado o programa de educação financeira da Serasa Experian®, com materiais disponíveis no site, como controle de contas e cartilha do consumidor (www.serasaexperian.com.br/educacaofinanceira/).

A educação financeira é uma ferramenta de política econômica, social e pública, pois se percebe que, se bem explorada e desenvolvida, ela traz vantagens aos indivíduos e às organizações em todas essas esferas. Dessa forma, considerando-se o atual cenário econômico e político do Brasil, é possível acreditar que, se a educação financeira fosse incluída como prioridade do governo em sua gestão estratégica, suas consequências seriam somente positivas.

Portanto, dada à expansão de políticas econômicas que incentivam o consumo e o crédito em todas as classes sociais no Brasil, busca-se avaliar o impacto que os programas de educação financeira desenvolvidos junto à população brasileira teriam na estratégia de gestão pública, como forma de garantir um alongamento no crescimento econômico apresentado. Isto é, à medida que os indivíduos tenderiam a consumir de forma mais consciente e responsável, seu endividamento tornar-se-ia estável, reduzindo o nível de inadimplência e permitindo que esse consumo se prospere num longo prazo.

Como metodologia de pesquisa, este artigo baseia-se em estudo de caráter teórico e exploratório a partir de uma revisão teórica sobre as estratégias no processo de tomada de decisão das políticas públicas e de uma análise de dados secundários, buscando apresentar

as políticas adotadas no Brasil a partir de 2008, a importância da educação financeira no consumo da população e as características dos programas de educação financeira oferecidos no país. Dessa forma tem-se como objetivo fazer uma análise do papel que os programas de educação financeira teriam para dar sustentabilidade ao crescimento econômico brasileiro, como um fator estratégico para as políticas econômicas adotadas pelo governo a partir de 2008, e identificar os ganhos, individuais e governamentais, que poderiam ser alcançados a partir dessa estratégia.

Como relevância para o problema de pesquisa apresenta-se a ideia de Ostrom *et. al.* (2010), segundo a qual, dentre as prioridades de pesquisas e desenvolvimento verificados na ciência do serviço, incluem-se prioridades estratégicas das quais, de acordo com os autores, um dos itens a ser pautado seria a melhora do bem-estar da população através de serviços transformadores, em um nível macro, com a unidade de análise sendo o coletivo. Para tanto, apresenta-se como tópico a garantia ao acesso, qualidade e produtividade em saúde e educação, pois se argumenta que os consumidores de serviços estão normalmente em desvantagem no que se refere à expertise e ao conhecimento necessário para tomar decisões sobre serviços relacionados ao consumo e à comunidade, os quais se tornam, muitas vezes, vulneráveis.

O artigo está estruturado da seguinte forma, na primeira seção é feita uma revisão teórica sobre os principais conceitos, modelos e sobre a evolução da estratégia no processo de tomada de decisão em políticas públicas. Em seguida, são apresentadas as principais características, instrumentos e resultados da política econômica adotada pelo governo brasileiro a partir de 2008 a fim de “proteger” o país da crise mundial que se apresentava mundialmente naquele momento. Na terceira seção, é abordado o tema da educação financeira e verificada a sua influência caso o governo incluísse tal medida como um dos pilares de sua política econômica. Nas considerações finais, apresentam-se as principais conclusões resultantes da discussão teórico-empírica proposta neste estudo.

2. A Estratégia em Políticas Públicas

A definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos, como os constituídos no mundo moderno, está mais próxima da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas. Essa autonomia relativa gera determinadas capacidades, as quais, por sua vez, criam as condições para a implementação de objetivos de políticas públicas. A margem dessa “autonomia” e o desenvolvimento dessas “capacidades” dependem,

obviamente, de muitos fatores e dos diferentes momentos históricos de cada país (Souza, 2006).

Allison (1999) critica a forma com que usualmente analisam-se os eventos que envolvem as nações, o qual normalmente considera os governos nacionais como se fosse um ator único. Entretanto, os governos não são blocos monolíticos e suas ações podem ser analisadas de diversas formas. Assim, o autor propõe três modelos de tomada de decisão: o modelo do Ator Racional, o modelo do Comportamento Organizacional e o modelo da Política Governamental.

O modelo do Ator Racional segue a lógica do *homo economicus* clássico e o moderno homem racional, segundo o qual as ações governamentais seguiriam a racionalidade de decisão advinda de um ator único, maximizando sua utilidade diante uma gama de alternativas. Já o modelo do Comportamento Organizacional é composto por um processo de tomada de decisão conjunta, isto é, considerando que o governo é composto por uma série de instituições, suas decisões derivam das capacidades organizacionais de cada componente. E o terceiro modelo, o da Política Governamental, considera que as decisões e as ações do governo não se constituem numa solução para o problema, mas são o resultado de negociações, compromissos, conflitos e confusões entre os tomadores de decisão. Nesse caso, as estratégias seriam resultantes da política (Allison, 1999).

Em oposição ao planejamento racional compreensivo, conhecido também como totalizador racional, ortodoxo, sinótico, Braybrooke e Lindblom (1972) apresentaram a ideia do “incrementalismo disjunto” no processo de tomada de decisão em contextos políticos. Os autores afirmam que os tipos de processo decisório, que as circunstâncias permitem, variam de situação para situação, identificando uma variedade de situações e de decisões. Para tanto, apresentam-se as decisões que efetuam pequenas mudanças, e essa diferença, por sua vez, apresenta-se em mudanças que acontecem estruturalmente e dentro de uma dada estrutura. Assim uma mudança é pequena ou grande de acordo com a visão da sociedade, que consiste na visão convergente do que seria ou não uma mudança importante. Portanto, uma mudança pequena ou incremental seria aquela que, dentro de um curto período de tempo, como cinco anos, permanece como tal, podendo a mesma ser repetitiva ou não.

As mudanças incrementais, dessa forma, incluem quaisquer mudanças permitidas dentro do menor quadro de normas, incluindo mudanças muito pequenas nas muito maiores. Assim, por exemplo, para qualquer mudança na taxa de redesconto autorizada pelo sistema de Reserva Federal, a maioria das mudanças nas regras que governam o procedimento parlamentar

e mudanças em grau menos nas atitudes políticas poderia ser considerada marginal ou incremental (Braybrooke; Lindblom, 1972).

Segundo Braybrooke e Lindblom (1972), as decisões típicas da vida política são classificadas como políticas incrementais, realizadas através de movimentos pequenos, tomam forma de uma sequência indefinida de movimentos políticos, caracterizada como exploratória, pois os objetivos da formulação de política continuam a mudar à proporção que uma nova experiência lança nova luz ao que é possível e desejável. Além disso, as estratégias possuem caráter restrito, orientadas para os meios, reconstrutivas, em série, correccionais e fragmentadas.

Para Lindblom (1959), o teste de uma boa política não é, como o modelo racional-compreensivo postula, que a política maximize os valores do tomador de decisões. Ele consiste, mais propriamente, no fato de uma política assegurar ou não a concordância dos interesses envolvidos. Assim, para o autor, o incrementalismo é tanto uma boa descrição de como políticas são realmente elaboradas quanto um modelo de como decisões deveriam ser tomadas. Posteriormente, Lindblom (1979) apresenta de que forma a análise estratégica surge como apenas uma forma do incrementalismo, onde a análise incremental simples é um elemento no incrementalismo desarticulado que, por sua vez, consiste em uma forma de análise estratégica.

Lowi (1972) desenvolveu uma tipologia sobre política pública. Ele afirma que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Para Lowi (1972), a política pública pode assumir quatro formatos: políticas distributivas, em que as decisões são tomadas pelo governo e desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais; políticas regulatórias, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse; políticas redistributivas, que atingem maior número de pessoas e impõem perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente.

Para Boyer (1999), a partir da análise das teorias keynesianas, em mercados emergentes, como seria o caso do Brasil, o Estado tem por função corrigir as falhas do mercado. Ou seja, a intervenção do Banco Central, as regulamentações prudenciais e a existência de um emprestador em última instância constituem condições de viabilidade de uma economia financeira moderna.

Por sua vez, Bansal (2005) apresenta três pilares para o desenvolvimento sustentável, a integridade ambiental, a equidade social e a prosperidade econômica. Segundo o autor, essas condições são necessárias, porém não suficientes, ou seja, se um dos princípios não for suportado, o desenvolvimento econômico não será sustentável. Dentre esses, a equidade social representa a garantia de que todos os membros de uma sociedade possuam igual acesso aos recursos e oportunidades. Para que isso seja atingido, é necessário o reconhecimento das necessidades, que não somente incluem necessidades básicas, mas também uma boa qualidade de vida, como educação, cuidados com a saúde e liberdade política.

Dessa forma, de acordo com as definições apresentadas por Basal (2005), pode-se presumir que o Brasil, dentre as oportunidades e recursos que o governo oferece, embora promova acesso à sua população, ainda possui carência em inúmeros pontos. Ou seja, apresentam-se oportunidades e recursos disponíveis à população, mas desconsideram-se algumas necessidades básicas para que o uso das mesmas seja maximizado. A educação brasileira, desde as séries primárias, ainda é a de um país subdesenvolvido, enquanto o acesso a recursos, como financeiros, atingiu patamares de países desenvolvidos. Ou seja, tem-se uma lacuna a ser preenchida através de políticas governamentais a fim de dar acesso e ensinar a forma ideal para o uso desses recursos.

Finalmente, Boyer (1999) afirma que, se, nos anos 80, podia-se atribuir certos casos de subdesenvolvimento a um excesso de dirigismo, a crise financeira dos anos 1997/98 mostrou que a extensão da esfera do mercado às finanças e aos produtos financeiros derivados podia igualmente conduzir a uma desestabilização dos modos de desenvolvimento mais dinâmicos. Portanto, um excesso de mercado pode prejudicar o desenvolvimento, já que se percebe que o sucesso do desenvolvimento se deve à complementaridade das lógicas Estado/mercado, e não à afirmação de uma delas.

Sandfort e Milward (2008) declaram que, nos últimos anos, ocorreram drásticas mudanças na maneira como os governos realizam suas políticas públicas, principalmente na forma como funcionavam e como trabalham com e através de instituições privadas. Surgiram problemas complexos que transcendem à capacidade de uma organização, gerando assim estruturas de colaboração para preencher esse vazio. Ocorre a geração de serviços, aprendizagens e vantagens colaborativas através de redes e de outras relações interorganizacionais como forma de entregar serviços públicos. Essa situação decorre da geração de serviços, aprendizagens e vantagens colaborativas através de redes e de outras relações interorganizacionais como

forma de entregar serviços públicos. Assim criam-se parcerias público-privadas com o intuito de agregar valor aos serviços prestados à população.

Souza (2006) afirma em seu artigo, através de uma revisão teórica do estado da arte da formulação de políticas públicas, que, embora tenham impactos no curto prazo, trata-se de uma política de longo prazo. Além disso, o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que ela visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (*politics*) e à sociedade política (*polity*), e nas instituições/regras que irão modelar, a decisão e a implementação de tal política.

Portanto, pode-se afirmar que as decisões de políticas públicas são definidas em diferentes esferas governamentais e podem ser formuladas através de diferentes definições. Entretanto, é possível perceber que, independentemente de sua estruturação, as mesmas são convergentes com as decisões e posturas estratégicas adotadas pelo governo em questão.

3. A Política Econômica Brasileira pós-2008

Uma estratégia de desenvolvimento econômico e social para o Brasil deve ser composta de duas partes. A primeira é o ponto final, ou seja, para onde se quer levar a sociedade. E a segunda é a trajetória econômica que deve facilitar a chegada ao ponto final — um país com a máxima qualidade de vida para todos (Sicsú, 2009).

Frente a tal definição, reflete-se sobre a postura adotada pelo governo brasileiro frente à crise financeira mundial ocorrida entre 2008–2009. Naquele momento, como forma de proteção para a economia brasileira, optou-se por seguir estrategicamente uma política econômica expansionista, distribuindo fontes e alternativas de crédito e outros incentivos ao consumo, com o objetivo único de elevar o PIB e, assim, prevenir que a crise tivesse efeitos drásticos no Brasil.

Conforme Matias-Pereira (2009), uma recessão econômica decorre da retração de investimento e consumo, com isso as empresas vendem menos; o que provoca uma queda nos lucros. Esse cenário leva ao aumento das demissões; com menos renda, as famílias cortam o consumo, e o ciclo recomeça. Via de regra, um país encontra-se tecnicamente em recessão quando seu o PIB (Produto Interno Bruto) cai por dois ou três trimestres consecutivos. Assim, uma redução forte e prolongada do PIB é denominada de depressão. Justificando, dessa forma, a atitude tomada pelos governantes brasileiros.

Além disso, de acordo com um documento da OIT, em 2011, o país alcançou uma das recuperações mais rápidas por implementar políticas públicas sociais, macroeconômicas e focadas na geração de emprego.

Para a mesma organização, um dos pontos que ajudou o Brasil a sair da crise de forma rápida e positiva foi às condições econômicas favoráveis que existiam no país antes da crise. De acordo com o relatório, após a crise de 1999, o governo brasileiro fortaleceu seus fundamentos macroeconômicos e continuou a aprimorar o seu sistema de proteção social. Como a crise financeira afetou o mercado de crédito doméstico, o governo reagiu restaurando os fluxos de crédito no sistema bancário. Conjuntamente, adotou medidas para estimular setores geradores de emprego, expandindo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criando o programa Minha Casa, Minha Vida; e reduzindo o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis e outros produtos. Em relação à proteção social dos cidadãos, o governo prolongou a duração dos benefícios do seguro-desemprego por dois meses para trabalhadores cujos setores de atividade econômica foram mais afetados pela recessão (como os de mineração e siderurgia); e ampliou o valor do benefício e da cobertura da Bolsa Família. Outro ponto importante foi a manutenção dos aumentos previstos do salário mínimo em fevereiro de 2009 e janeiro de 2010.

Por fim, como estratégia a fim de reagir à crise que atingia o mundo entre 2008 e 2009, o governo assegurou que a economia respondesse às medidas de estímulo e às políticas sociais. Os três bancos públicos do país colocaram à disposição das empresas linhas de créditos especiais. Os mercados de produtos foram os mais sensíveis aos novos incentivos, através da redução de impostos, e ao aumento do rendimento disponível, permitindo que famílias de baixa e média renda pudessem aumentar seu poder de compra.

Portanto, o Banco Central do Brasil e o governo federal têm estimulado a oferta de empréstimos e financiamentos como mecanismo de recuperação e/ou prevenção econômica, o que se percebe pela taxa SELIC, que teve o recorde mínimo atual de 7,25% a.a. e que, comparativamente, apresentava o percentual de 13,75% a.a. em setembro/2008, dias antes da crise americana (BACEN, 2012).

Como citado anteriormente, o instrumento de fixação da taxa básica de juros em um país tem como objetivo principal estimular ou conter o consumo de uma população, assim tal redução descrita demonstra claramente que o objetivo dos governantes brasileiros está na primeira proposição. Ou seja, com uma taxa de juros menor, o custo de crédito se torna menor e uma maior parte dos indivíduos possui acesso a tal

benefício. Conjuntamente, podem-se perceber outras políticas econômicas que agiram e agem nessa tendência, como a redução de impostos, maior disponibilidade de crédito (em volume) e maiores opções de empréstimos, financiamentos e pagamentos.

Como esperado, tal postura econômica tem efeitos positivos no curto prazo, porém, no longo prazo, pode gerar resultados negativos, como alto endividamento da população, inadimplência e redução do poder de compra, decorrente de altas taxas inflacionárias. Conforme dados do Banco Central (BACEN, 2012), o volume de crédito atingiu 50,1% do PIB brasileiro, o que representa um aumento de 9,6% nos últimos 12 meses. Outra informação é que a inadimplência do crédito referencial, considerados os atrasos superiores a noventa dias, alcançou 8% em maio, após elevação de 0,2 pontos percentuais no mês, enquanto a de pessoas jurídicas permaneceu estável em 4,1%.

Além desses efeitos, é possível perceber que as taxas de inflação e o PIB não se mantiveram estáveis desde que tal política foi adotada. Por exemplo, as taxas de inflação, como o IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, atingiram 8,07% a.a. em setembro de 2012, com previsão de acabar o ano com 8,3%, embora, em dezembro de 2009, tenha apresentado índices de -1,71% a.a., demonstrando claramente alguns dos impactos da postura econômica adotada pelo governo. Já o PIB, que em 2010 apresentava um crescimento de 6,5%, em 2011 já apresentava uma queda nas taxas, finalizando o ano em 1,8%, e, para o ano de 2012, apresenta estimativas de novamente ficar abaixo dos 2% (BACEN, 2012).

As políticas macroeconômicas formam o pavimento necessário, mais básico, de uma estratégia de desenvolvimento. Políticas macroeconômicas adequadas devem promover o crescimento e a industrialização (tecnologicamente sofisticada), que são os itens mais essenciais da cesta do futuro de bem-estar social (Sicsú, 2009).

Assim, Haddad (2009) argumenta que a ênfase em educação universal de qualidade, em formação de capital com estabilidade econômica, em um ambiente competitivo e meritocrático, com os mais produtivos e eficientes sendo recompensados, mobilizando-se dessa forma o espírito empreendedor, são ingredientes fundamentais encontrados em todos os casos de economias de sucesso. Portanto, afirma o autor, o ponto de partida para uma estratégia de crescimento seria uma visão de longo prazo, na qual o Brasil estaria incluído no grupo de países de elevada renda per capita, tendo os atributos de uma “sociedade aberta”, democrática, dando igualdade de oportunidade a seus cidadãos.

Portanto, cabe aos governantes tomarem medidas econômicas, sociais e políticas para que consigam manter o crescimento que o Brasil teve após a instalação das políticas pós-crise e para que se torne sustentável. Ou seja, é preciso que haja um equilíbrio no processo de tomada de decisão pública que consiga manter o bem-estar da população de maneira sustentável, sem oscilações no fornecimento das necessidades consideradas essenciais para a mesma. Assim, pode-se afirmar que um dos pontos centrais que ainda apresenta deficiências na nossa realidade é a educação, desde a educação básica (escolar) até a profissionalizante.

4. A Educação Financeira como Fator Estratégico para as Políticas Públicas

Para um país que deseja uma estratégia de desenvolvimento e crescimento sustentável, em longo prazo, um dos pilares essenciais para essa construção está na educação e no crescimento da renda dos indivíduos de maneira eficiente. Isto é, cabe ao governo criar ferramentas que forneçam aos indivíduos um crescimento pessoal e intelectual. De nada adianta distribuir renda se as pessoas não poderão mantê-la ou usá-la de maneira eficiente.

Assim, a educação financeira pode ser considerada uma ferramenta de política pública, a qual seria mais uma das prioridades utilizadas pelo governo para dar suporte às políticas econômicas adotadas, visando aumentar seus resultados. E também uma ferramenta econômica e social, pois, através dela, o governo garantiria o aumento do bem-estar à sua população. Como ganhos individuais a serem alcançados a partir desse investimento podem ser enumerados o uso consciente da renda pela população, a redução do seu endividamento e o aumento dos seus investimentos, garantindo assim uma vida econômica e financeira mais saudável. Consequentemente a esses resultados, as políticas públicas tornam-se beneficiadas, principalmente no longo prazo, pois, tendo a população apresentado uma redução de seu nível de endividamento e aumento da poupança, a economia cresce a patamares mais sólidos, mantendo estáveis indicadores como PIB e taxa de juros.

Portanto, se a economia alcançar uma estabilização de índices, mantendo um crescimento econômico a longo prazo, há uma tendência a aumentar a avaliação de agências de rating sobre os investimentos no país, atraindo mais investidores estrangeiros, o que geraria uma entrada de recursos no Brasil, ajudando a manter a estabilização econômica alcançada internamente.

Na sociedade contemporânea, os indivíduos precisam dominar um conjunto amplo de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e

sem falhas das forças que influenciam o ambiente e as suas relações com os demais. O domínio de parte dessas propriedades é adquirido por meio da educação financeira, entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Quando aprimoram tais capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar, dizem Savoia, Saito e Santana (2007).

Segundo esses autores, a educação financeira tornou-se uma preocupação crescente em diversos países, gerando um aprofundamento nos estudos sobre o tema. Embora haja críticas quanto à abrangência dos programas e de seus resultados, principalmente entre a população adulta, é inegável a importância do desenvolvimento de ações planejadas de habilitação da população.

Huston (2009) foi mais adiante e tentou diferir os conceitos de alfabetização financeira e educação financeira; para o autor, a alfabetização financeira vai além da educação financeira pura e simplesmente. A alfabetização financeira possui duas dimensões: o entendimento, que representa o conhecimento financeiro pessoal — ou educação financeira —, e sua utilização, a aplicação dos conhecimentos na gestão das finanças pessoais.

Entretanto, para Lucci *et. al.* (2006), a conscientização da população é necessária e a educação financeira pode ajudar as pessoas a terem consciência de todas as variáveis envolvidas numa decisão e fornecer instrumentos para uma tomada de decisão eficiente. Os autores estudaram uma das variáveis que compõem o conceito de alfabetização financeira, a alfabetização relacionada ao endividamento (*debt literacy*), e avaliaram como o seu maior ou menor grau poderá implicar consequências financeiras menos ou mais favoráveis para o indivíduo.

Gallery *et. al.* (2011) verificaram um baixo nível de educação financeira na população mundial. Demonstraram os fatores que influenciam na educação financeira e que impactam nas decisões de investimento. O primeiro seriam os fatores demográficos e socioeconômicos, como idade, sexo, cargo e status de trabalho, sendo importantes na educação e afetando, indiretamente, as escolhas de investimentos. O segundo consiste nos fatores sociais, como fontes de informação e consultorias, os quais afetam a educação e escolhas financeiras. Preferências por risco e características de escolhas financeiras, em números, possuem impacto nas percepções e escolhas individuais.

No Brasil, um estudo recente de Alves, Silva e Bressan (2011) realizou uma pesquisa com estudantes de graduação em Ciências Contábeis de uma universidade privada do Rio de Janeiro, adaptando o instrumento proposto por Chen e Volpe (1998; 2002), a fim de comparar os resultados da amostra brasileira com os da amostra norte-americana. Os resultados indicaram que 74% dos alunos possuíam um nível baixo de educação financeira.

Para Savoia, Saito e Santana (2007) a educação financeira no Brasil se encontra em estágio de desenvolvimento inferior à dos Estados Unidos e à do Reino Unido. Já para Pinheiro (2008), a população brasileira, assim como a mundial, carece de melhor compreensão acerca desse produto, aspecto que traria consequências importantes para o bem-estar do indivíduo e para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Pinheiro (2008) lembra que alguns autores defendem que a educação financeira, aliada à proteção do consumidor, pela via da supervisão e regulação dos mercados financeiros, e ao comportamento responsável dos prestadores de serviços financeiros, é o instrumento capaz de permitir que se tomem decisões bem-sucedidas sobre temas de total relevância para qualquer população, como previdência, crédito, seguros e investimentos.

De acordo com a OECD (2009), dentre as ações públicas caberiam, para garantir consistência na tomada de decisão política, oferecer um suporte direto de educação financeira para a população (como publicações e ferramentas), elaborar campanhas de conscientização de consumo junto aos indivíduos, fornecer um framework a partir dos quais os agentes do mercado consigam confirmar o entendimento dos consumidores perante a demanda, além de promover e facilitar o desenvolvimento de relatórios com facilidades de crédito.

Dentre os itens descritos acima, percebe-se que o Brasil evoluiu muito em alguns, porém ainda deixa a desejar em outros. Ou seja, deveriam ser incluídos nas políticas a transparência e o ensinamento sobre como ocorrem as transações financeiras. Dessa forma os indivíduos deveriam compreender as implicações que um mau uso do crédito tem no seu bem-estar, a relação entre o nível de educação financeira e seu comportamento de consumo de crédito e exposição ao risco, além de terem garantido acesso à educação para diferentes grupos da população (de acordo com as necessidades de cada).

Para a OECD (2009) a inclusão da educação financeira como prioridade política teria como ferramentas de propagação de informações campanhas de conscientização pela mídia, eventos, desenvolvimento de diversas

fontes de informação; além da concessão de canais alternativos de entrega de informações, tais como redes sociais independentes que forneçam acesso a dados financeiros e utilização de uma linguagem simples e informal.

Atualmente, grande parte dos programas de educação financeira é derivada de iniciativas privadas ou da combinação público-privado. Entretanto, percebe-se que, ainda, a maior preocupação do governo está em divulgar as formas de consumo e captação de recursos do que em divulgar as melhores formas de consumo das mesmas. Como exemplo, conforme descrito pela OECD (2009), tem-se a iniciativa da ANBIMA com o site “como investir”, o programa no canal fechado TVE sobre educação financeira (uma iniciativa da TV Cultura e BM&FBovespa, patrocinado pelo Banco Itaú), e alguns programas desenvolvidos pelo Banco do Brasil, Visa e Bradesco.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada em 2007, é o desenvolvimento de um projeto nacional de educação financeira, iniciativa das entidades e dos órgãos integrantes do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização — COREMEC, que responde a uma necessidade atual da sociedade. Segundo o próprio site do programa, as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas dos últimos anos têm apontado para a urgência na implementação de ações com o objetivo de educar financeiramente a população. Assim, o sucesso da ENEF vai contribuir para um consumo financeiro mais responsável da população, assegurar a conscientização dos riscos assumidos pelos consumidores e reforçar a estabilidade e confiança no Sistema Financeiro Nacional. (ENEF, 2012).

Atualmente, a ENEF tem como objetivo atuar em 3 níveis (formação, informação e orientação) com o Programa Educação Financeira nas Escolas. Desde 2010, é feito um projeto-piloto em algumas instituições de educação, e outras parcerias descritas nos programas.

Entretanto, percebe-se que ainda se tem muito que avançar para que se consiga atingir os possíveis beneficiários de tais programas. Afinal, o governo deve investir em educação, propagação de informação, mídia, propagandas e cursos. Ou seja, deve-se ensinar a pescar e não somente dar o peixe. Neste caso deve-se ensinar a consumir de maneira consciente, e não dar somente a oportunidade. Afinal, a educação financeira atinge positivamente tanto os indivíduos quanto as políticas públicas e ações governamentais como um todo. Isto é, esse investimento dificilmente traria retornos negativos.

5. Considerações finais

Considerando a implementação no Brasil de uma política econômica mais expansionista, visando aumentar o poder de endividamento e o consumo da população para amenizar os efeitos da crise econômica, com estímulos meramente consumistas, cabe indagações acerca da eficácia de tais políticas no longo prazo, principalmente quando se examina o baixo nível de educação financeira do brasileiro.

Dessa forma, o presente artigo teve como objetivo apresentar uma discussão teórico-empírica de forma a identificar o impacto que os programas de educação financeira desenvolvidos junto à população brasileira poderiam garantir um alongamento no crescimento econômico apresentado. Assim, pôde-se concluir que o Brasil, assim como a grande maioria dos países emergentes, tem muito a evoluir e a se desenvolver ainda neste aspecto.

Para tanto, considera-se que a inclusão de programas de educação financeira como prioridade nas políticas públicas adotadas no Brasil segue o modelo do “incrementalismo disjunto” proposto por Braybrooke e Lindblom (1972), segundo o qual o incrementalismo é tanto uma boa descrição de como políticas são realmente elaboradas quanto um modelo de como decisões deveriam ser tomadas. Assim, ainda existe a necessidade de desenvolver uma visão de longo prazo para as ações governamentais brasileiras.

Nesse sentido, uma das melhores soluções para a atual situação do endividamento brasileiro poderia estar no modelo apresentado por Sandfort e Milward (2008) sobre serviços colaborativos no setor público. Para os autores, os mesmos são prestados externamente ao governo, que financia, em conjunto com duas ou mais organizações, gerando uma governança horizontal, e não vertical, um fluxo de fundos para pagamento dos serviços, apresentando a contratação, a cooperação, o planejamento e o racionamento como tarefas principais, em uma mistura de formas organizacionais (pública, privada, sem fins lucrativos, híbridas), com um foco mais programático do que organizacional (tensão entre: gestão programática e organizacional) e um poder compartilhado, mas não igual. Dessa forma, tem-se a sugestão de um modelo estratégico a ser adotado pelo governo brasileiro para promover a educação financeira da população.

Assim, o poder público, em todas as suas esferas, poderia desenvolver programas mais abrangentes em parceria com instituições privadas, bem como deveria investir na propagação das informações através de campanhas, visando atingir também aquelas camadas da população que acessam de maneira restrita os instrumentos formais de ensino e aprendizagem,

alinhando-os, assim, com as políticas públicas estratégicas já existentes.

O trabalho enumerou diversos estudos que reafirmam a necessidade de priorização, por parte do governo, da educação e da alfabetização financeira e apontam para sua influência positiva no consumo e no endividamento da população, de forma a permitir que o consumo assumira um comportamento menos impulsivo, sendo capaz de contribuir para o crescimento no médio e no longo prazo. Encontram-se evidências consistentes que tornam cada vez mais forte a lógica de que o acesso à informação financeira gera um consumidor mais racional, e que tal consumidor é capaz de continuar consumindo de forma sustentável, garantindo ganhos de bem-estar individual e agregado, aumentando a duração do ciclo de crescimento e suavizando os ciclos recessivos. Portanto, demonstra-se que é essencial a inclusão de tais processos estratégicos para que o Brasil continue crescendo nos patamares desejados.

6. Referências

Allison, G., & Zelikow, P. (1999). *Essence of decision: explaining the cuban missile crisis*. New York, Addison Wesley Longman, 440 p.

Alves, R. A., Silva, J. S., & Bressan, A. A., (2011). Educação financeira de discentes em ciências contábeis: diagnóstico e comparação com universitários norte-americanos. In *II Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis—AdCont 2011*, Rio de Janeiro, RJ. Recuperado em 25 de novembro, 2011, de <http://www.facc.ufrj.br/ocs/index.php/adcont/adcont2011/paper/viewFile/384/59>

Banco Central do Brasil. Recuperado em 22 de novembro, 2012, de <http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>

Bansal, P. (2005). Evolving sustainably: a longitudinal study of corporate sustainable development. *Strategic Management Journal*, 26(3), p. 197–218.

Bignetti, L. P. (2009, janeiro/abril). A essência do processo decisório: comentário sobre a obra de Graham Allison. *BASE—Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 6, n. 1, p. 71–74.

Boyer, R. (1999, junho). Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? *Economia e Sociedade*, Campinas, (12): 1–20, Traduzido do francês por Maria Angélica Pfister. Revisão técnica de Antonio Carlos Macedo e Silva.

Braybrooke, D., Lindblom, & Charles E. (1972). *Uma estratégia de decisão social: escolha de políticas alternativas como processo social*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Donadio, R., Campanario, M. D. A., & Rangel, A. D. S. R. (2012). O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. *Revista Brasileira de Marketing*, 11(1), 75–93.
- Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Recuperado em 4 de dezembro, 2012, de <http://www.vidaedinheiro.gov.br/Default.aspx>
- Gallery, N., Newton, C., & Palm, C. (2011). Framework for assessing financial literacy and superannuation investment choice decisions. *Australasian Accounting Business and Finance Journal*, 5(2). p. 3–22.
- Haddad, C. L. S. (2009). Concentrar no fundamental. In *Sociedade e economia : estratégias de crescimento e desenvolvimento / organizadores: João Sicsú, Armando Castelar.* — Brasília: Ipea.
- Lindblom, C. E. (1959). The science of “muddling through”, *Public Administration Review*, 19.
- Lindblom, C. E. (1979). Still muddling, not yet through, *Public Administration Review*, 39(6).
- Lowi, T. F. (1972). Systems of policy, politics, and choice. *Public Administration Review*, 32: p. 298–310.
- Lucci, C. R., Zerrenner S. A., Verrone, M. A. G., & Santos, S. C. dos. (2006). A Influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento investimento dos indivíduos. *IX Semead/FEA/USP*.
- Huston, S. J. (2010). Measuring financial literacy. *The Journal of Consumer Affairs*, v. 44, n. 2.
- Lusardi, A.; & Tufano, P. (2015). Debt literacy, financial experiences, and over indebtedness. *Journal of Pension Economics and Finance*, 14, p. 332-368 doi:10.1017/S1474747215000232
- Matias-Pereira, J.: “A economia brasileira frente à crise financeira e econômica mundial” en *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, Número 116, 2009. Recuperado em 3 de dezembro, 2012, de <http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/br/>
- Organização Internacional do Trabalho (OIT), *Brasil: Uma estratégia inovadora alavancada pela renda/ Escritório da Organização Internacional do Trabalho, Instituto Internacional de Estudos do Trabalho.* — Genebra: OIT, 2011. Recuperado em 4 de dezembro, 2012, de <http://s.conjur.com.br/dl/estudos-crescimento-e-qualidade-oit-brasil.pdf>
- Organization for Economic Co-Operation and Development (OECD). OECD good practices on financial education relating to credit issues, *Brazilian International Conference on Financial Education*, Rio de Janeiro, 2009.
- Ostrom, A. L., Bitner, M. J., Brown, S. W., Burkard, K. A., Goul, M., Smith-Daniels, V., et. al. (2010). Moving forward and making a difference: research priorities for the science of service. *Journal of Service Research*, v. 13, n. 1, p. 4–36.
- Pinheiro, R. P. (2008, setembro). Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão. In “*Fundos de Pensão e Mercado de Capitais*”, Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia e Editora Peixoto Neto. São Paulo, SP.
- Savola, J. R. F., Saito, A. T., & Santana, F. de A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 41, n. 6, Rio de Janeiro Nov./ Dec. 2007.
- Sandfort, J., & Milward, H. B. (2008). Collaborative service provision in the public sector. In *The Oxford Handbook of Inter-Organizational Relations*. Steve Cropper, Mark Ebers, Cris Huxham e Peter Smith Ring. Oxford.
- Sicsú, J. (2009). A construção de uma estratégia de desenvolvimento. In *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Organizadores: João Sicsú, Armando Castelar, Brasília: Ipea.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, dez. 2006. Recuperado em 27 de novembro, 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-5222006000200003&lng=pt&nrm=iso